

TERRITORIALIDADES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APA E AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL

Territorialities in Hydrographical Basin of River Apa and Strategies for Sustainable Management

Walter MARSCHNER¹

Resumo: O presente artigo traz os primeiros resultados de uma pesquisa socioantropológica no entorno de bacia hidrográfica na fronteira Brasil/Mato Grosso do Sul – Paraguai. Partindo da análise de entrevistas feitas junto a indígenas e camponeses de assentamentos e comunidades rurais tradicionais, os resultados preliminares apontam para a possibilidade da construção de um modelo de desenvolvimento, baseada na coexistência sustentável de uma sociobiodiversidade no entorno da bacia.

Palavras chave: Recursos Hídricos, territorialidade indígena, territorialidade camponesa.

Abstract: This article presents the first results of a socio-anthropological research in the basin of the Apa River bordering Brazil / Mato Grosso do Sul - Paraguay. Based on the analysis of interviews with the indigenous peoples, peasants in settlements and traditional rural communities, the preliminary results point to the possibility of building a development model based on the coexistence with a biodiversity of the basin.

Key words: Water Resources, indigenous territoriality, peasant territoriality.

Introdução

O presente artigo traz os primeiros resultados da pesquisa de campo “Gestão Integrada do Rio Apa” (GIAPA) executada em 2010 a 2011 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com abordagem territorial multidimensional e que tem como delimitação a área física a sub-bacia do Rio Apa, na fronteira Brasil/Mato Grosso do Sul – Paraguai. Ao mesmo tempo em que a bacia abriga uma diversidade de biomas (Cerrado, Mata Atlântica, Chaco, Pantanal), também é povoada por diversidade étnica (áreas indígenas, assentamentos e acampamentos de pequenos agricultores e algumas comunidades rurais tradicionais). Tal riqueza desafia a análise territorial considerar a multidimensionalidade dos espaços.

¹ Doutor em Sociologia pela Universität Hamburg e professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD. walmars@ufgd.edu.br

Por outro lado, o estudo de uma bacia hídrica como a do Apa inscreve-se no conjunto de estudos que apontam para alternativas para uma gestão integrada e compartilhada de recursos hídricos transfronteiriços e que fundamentam o estabelecimento de redes de caráter cooperativo para a implantação de uma *governança* para a gestão hídrica em bacias hidrográficas que compreendem o território de mais de um país.

O controle e a posse sobre a água, por tratar-se de um recurso natural não estático, em constante fluxo, torna-se uma questão de natureza política, interessando a vários atores, configurando-se em relações de poder e de conflitos. Atualmente, há um cenário mundial de crise de acesso à água, marcado por riscos de esgotamento, estes agravados pelas mudanças climáticas. Tanto os problemas de escassez como de poluição das águas têm exigido atenção dos governos e da sociedade a esse recurso natural que a humanidade supunha infinito.

Segundo Broch (2008), dois terços da população da Terra vivem em bacias cujas águas ultrapassam fronteiras geográficas e político-administrativas. Nos territórios em torno de águas transfronteiriças, a gestão de recursos hídricos se torna mais complexa envolvendo diferentes aspectos políticos, valores, cultura, geografia, organização institucional, entre outros. Exige, sobretudo, *governança*, ou seja, um sistema de regras formais e informais que servirão para ajustar as necessidades sociais e as dos diferentes usuários com os objetivos políticos de cada país.

Contudo, para além da questão hidrogeopolítica e ambiental, o presente estudo, ao focar nas territorialidades distintas em torno da bacia, remete à compreensão de organizações socioespaciais específicas que, necessariamente, só se fazem entender partindo de uma íntima relação entre ser humano e meio ambiente. Sem dúvida, em tempos de globalização, com o progressivo *descolamento* dos grupos sociais de sua base territorial (GIDDENS, 1991), as comunidades indígenas e camponesas no entorno da bacia do Apa ganham destaque ao revelar temporalidades e espacialidades em íntima relação com o destino de um rio. No caso do rio Apa, o destino das águas já não é apenas sinalizado pelo fluir até a foz, mas pela sua fragilidade diante da ação predatória da sociedade envolvente.

Assim sendo, o presente artigo procura analisar os discursos dos/as agricultores/as e indígenas apontando para emergência de uma nova forma de pensar as relações sociais nas populações do campo em íntima relação com seus respectivos biomas.

O foco na sócio-bio-diversidade

O pensamento sociológico, nascido nos marcos do positivismo e do evolucionismo, se pautou tradicionalmente pela premissa de que seres humanos se constituíram como seres sociais distinguindo-se da natureza. Desde esta premissa a sociedade e a cultura figuram como as mediações entre os humanos deixando a natureza como *alteridade* (JAMESON, 1997). Esta passa a ser objetivada, por um lado, como “recurso” para a produção de bensⁱ pela ação humana, ou, por outro lado, numa visão “naturalizada”, a natureza é entendida como essencialmente boa, equilibrada e estável, e segue vivendo autônoma em relação ao mundo cultural humano.

Abordagens mais recentes procuram superar pensamentos dicotômicos, tais como ser humano/natureza, sociedade/ambiente, razão/sentimento apontando para uma perspectiva sistêmica e unificadora (MOSCOVICI, 2007; LEFF, 2009), capaz de uma melhor compreensão da complexidade do real. Nesse contexto a agroecologia constrói-se como um conhecimento baseado na existência de cooperação/complementaridade entre as espécies (contrariando o paradigma evolucionista que propugna o modelo da competição, da lei do mais adaptado). Essa relação de complementaridade, antes limitada às relações entre os organismos vivos de um bioma (fauna e flora), passa a incluir também a sociedade, o camponês, o indígena em suas relações com o meio ambiente.

Os nexos estabelecidos entre processos naturais e processos sociais, relações de gênero, intergeracionais, étnicas, e culturais, sugerem o desenvolvimento de uma racionalidade ecológica (LEFF, 2009) que na amplia o conceito de diversidade, antes restrita a natureza. Trata-se de processos pelos quais pessoas e grupos de pessoas lidam com a natureza e aprendem a pensar a si mesmos e ao seu mundo (BOURDIEU, 1996, LEFEBVRE, 1987) por meio de suas práticas de socialização com o meio ambiente. Tais práticas levam a compreensão do meio ambiente e da identidade camponesa ou indígena integradas a uma rede de

relações baseadas não apenas no âmbito da produção e da transformação da natureza, mas também nas relações sociais e culturais, compondo o que algumas abordagens da agroecologia chamam de sócio-biodiversidade.

Ação humana como fator de resiliência

O crescimento econômico baseado na agropecuária extensiva impactou a população indígena no Mato Grosso do Sul acelerando o seu desterro. Sem reverter essa situação, não só esses grupos étnicos, mas a biodiversidade na bacia como um todo está ameaçada. A presença de comunidades rurais e indígenas no entorno da bacia pode ser fator de fortalecimento das áreas de proteção permanente formando, por um lado, uma área de contenção frente à expansão de culturas extensivas e, por outro lado, a presença de cultivos tradicionais, com sistemas de pousio e sistemas agroflorestais, pode contribuir para recuperação do bioma, tornando a presença humana fator de resiliência. Resiliência é entendida aqui como capacidade concreta de um sistema biológico retornar ao estado natural de excelência, superando uma situação crítica. Alguns teóricos da questão ambiental e da agroecologia (LEFF, 2009, ALTIERI, 2002) propõem compreender resiliência também como fruto da ação humana, procurando assim superar a dicotomia ser humano e natureza, apontando para uma complementaridade entre cultura e bioma, presente especialmente em sistemas produtivos tradicionais e de baixa escala. Nessa perspectiva, considera-se a possibilidade de aproveitar o vasto repertório de conhecimentos existentes nas diversas culturas, para definir políticas de manejo dos recursos. Fala-se aqui da *capacidade destas culturas de favorecer o restabelecimento do equilíbrio biológico*. Ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade e a base de recursos naturais, asseguram o provimento às populações locais, dos meios para se beneficiarem dos recursos naturais, de acordo com seus valores e identidade cultural (LEFF, 2009, p.137). A concretização dessa perspectiva, contudo, depende da presença do Estado, em seu papel de regulador da estrutura fundiária e ambiental, demarcando áreas historicamente em litígio e fomentando políticas de gestão sustentável dos recursos naturais.

Tomando essa perspectiva teórica o presente trabalho analisa a presença de algumas comunidades indígenas e camponesas na área que integra a sub-bacia do

Apa, considerando condições de vida destas pessoas, interações com o meio, bem como demandas e reivindicações ao Estado, tendo em vista a possibilidade de sua o acesso e participação na gestão sustentável dos recursos da bacia.

Os dados são basicamente resultados de trabalho de campo realizado pela equipe nos meses de dezembro de 2010 a abril de 2011 e que consistiu em observação, coleta de depoimentos e relatos e entrevistas qualitativas abertas (FLICK, 2004). As comunidades indígenas visitadas – Kokue’i, Pirakuá, Marangatu e Campestre – bem como as comunidades rurais – Cabeceira do Apa, Assentamentos Santa Marina Volpato e Caracol – além de pessoas de referência nas cidades – Ponta Porã e Bela Vista – somaram 45 entrevistas, com biografias e narrativas que aportam com dados confirmando e completando registros de campo anteriores e aproximam da trajetória, do modo de ser e da memória da população. Os dados foram sistematizados em base à Matriz FODA (Fortalezas, Oportunidades, Debilidades e Ameaças), conforme WEIHRICH (1982).

O povoamento da bacia do Apa

A forma como se deu a ocupação humana faz da região um palco de disputas e conflitos em processos históricos se circunscrevem no esforço por parte dos estados nacionais, de consolidar a fronteira política, institucionalizando pertenças e forjando identidades, com especial impacto aos povos indígenas e camponeses no entorno da bacia, cujo pertencimento étnico muitas vezes não coincide com as fronteiras nacionais. Tais populações sempre estiveram sujeitas, dos dois lados da fronteira, às influências políticas que incentivam o nacionalismo e o sentimento de patriotismo (PEREIRA, 2010).

A bibliografia direta disponível acerca da ocupação humana na bacia do Apa aponta os indígenas como os primeiros habitantes da região. As atuais comunidades kaiowá de Kokue’i, Campestre/Marãngatu e Pirakua, assim como seus parentes da margem paraguaia do Apa - os Paî-Tavyterã -, descendem provavelmente dos antigos Ka’aguá ou Kainguá, oriundos de povos da região do Itatin (SUSNIK, 1979), um “proto- habitat”, lugar de ntensio trato interétnico, na referência do jesuíta Diogo Ferrer em sua carta de 1633, no espaço compreendido entre 19 e 22 graus de latitude Sul e, entre o rio Paraguai ao Oeste e a serra de Amambai ao Leste.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a região do Itatin foi palco de enfrentamentos de conquistadores portugueses e espanhóis e destes com os jesuítas e os povos indígenas, pois a zona era passagem para as cobiçadas minas de Potosi e Sucre, para as missões dos Chiquitos e para o avanço espanhol sobre as áreas pretendidas pela América Portuguesa.

Assim, em documentos do século XVIII já consta o Rio Apa como limite Norte de seu território nacional. Quando os demarcadores chegaram à região para cumprir com o disposto no Tratado de Madri (1750), encontraram os Ka'agua organizados em pequenos grupos que viviam ao longo de um rio ou em alguma outra paragem e que, embora tenham recebido diferentes nomes dos conquistadores, "eram uma única nação".

"Descobertos" e acossados por novas entradas e frentes de ocupação não indígenas, parte dos grupos guarani falantes continuaram deslocando-se para o sul. Desde então essas populações são denominadas Kaiowá. O confronto visava o deslocamento das populações indígenas para o sul e o seu aldeamento liberando as terras tradicionalmente ocupadas por eles para o "afazendamento" e a colonização ao longo do rio, facilitando assim como para o escoamento de mercadorias das várias fazendas à margem do Apa.

Essa presença é incontestável no período da guerra de 1864-1870, que termina em pleno território kaiowá, inclusive presente na memória indígena (CHAMORRO 1995). Durante a exploração ervateira, Thomas Laranjeira se apossou das melhores terras, incluindo as imediações do rio Estrela. Em seus domínios, a mão de obra kaiowá foi fundamental para a exploração da erva-mate. Com a criação da Colônia Agrícola Nacional (CHAMORRO 1995) dá-se então a definitiva redução do território indígena às reservas. Historicamente o crescimento econômico baseado na agropecuária coexiste com o desterro indígena, no Mato Grosso do Sul. No âmbito da bacia do Apa, observa-se as consequências dessa situação nas comunidades de Kokue'i, Campestre e Ñanderu Marangatu, assim como nas famílias que residem à beira de estradas.

Desde que passaram a dividir seu espaço de forma cada vez mais sistemática e permanente com populações não indígenas dedicadas à produção agropastoril, elas têm se notabilizado pela sua capacidade de resistência à colonização e pela

sua capacidade de adaptação. A criação das grandes propriedades alterou a paisagem da região, o modo de vida e a forma de ocupação do espaço desses povos indígenas, além de intensificar a presença de trabalhadores rurais de origem brasileira e paraguaia no local. Nesse contexto, as populações indígenas foram constrangidas a ocupar uma posição subalterna, perdendo o acesso aos recursos da bacia e os meios para sua subsistência, e passando a depender cada vez mais dos serviços prestados nas propriedades vizinhas ou dos programas de assistência dos Estados.

No tocante a ocupação camponesa recente na bacia, esta foi palco do avanço da fronteira agrícola, a chegada de migrantes sulistas e o predomínio da agropecuária extensiva "revolução verde", com a consolidação da monocultura de exportação e concentração de terra, hoje caracteriza-se por uma crescente dinâmica social, protagonizada pelos movimentos sociais do campo.

Trata-se de uma região marcada desde a década de 1970 por conflitos de luta pela terra, envolvendo famílias de arrendatários (ALMEIDA, 2008). Tais conflitos não são uma peculiaridade regional, mas estão inseridos na problemática das regiões vizinhas, como o Oeste do Paraná e o Leste do Paraguai, onde a expulsão dos trabalhadores do campo daquelas regiões já era fruto do processo de desterritorialização e reterritorialização típico da estrutura agrária brasileira no bojo da "modernização conservadora", agora recriado e protagonizado pela dinâmica de ocupações de latifúndios e sucessivos assentamentos.

Considerando o alto índice de concentração fundiária da bacia do Apa, 0,805 na escala GINIⁱⁱ (INCRA apud Girardi, 2008), a população camponesa é de baixa densidade, concentrada nos 19 assentamentos e em algumas comunidades rurais tradicionais.

Nos últimos anos, pesquisas desenvolvidas e informações veiculadas pela imprensa destacam a intensificação da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, especialmente na região sul, apontando, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, para a presença de aproximadamente de 24.760 famílias acampadas em 140 ocupações ocorridas de 2000 a 2005 em todo o Mato Grosso do Sul. No comparativo com outras áreas, esta região destaca-se pela concentração de famílias assentadas. Segundo dados do INCRA, foram assentadas de 1986 até 2009, na

região do Apa, cerca de 4190 famílias em 19 assentamentos de reforma agrária, somando cerca de 84.000 hectares (MDA, 2009). Existem também áreas em litígio com 7 acampamentos de agricultores na beira de estradas.

Os municípios de Antônio João (5,73% da bacia) e Caracol (18,9% da bacia) não possuem registros de assentamentos rurais, mas o segundo conta com a Comunidade Auto Caracol. Em Bela Vista (31,4% da bacia), além do Distrito Nossa Senhora de Fátima, conta com os assentamentos rurais listados na Tabela 1.

Tabela 1 - Assentamentos rurais de Bela Vista

Assentamentos	Criado em	n. famílias	área
Caracol	11/08/98	152	6.326,5804
Tupãceretan –		82	2.546,4421
Barra do Ita	04/06/87	47	1.503,9075
Ressaca	26/12/2001	28	1.549,8185
Santa Terezinha	sem registro	30	sem registro
Sta Mariana N Volpatto	24/11/04	160	2.348,4576
Dama Cue	1950	20	sem registro
Guaviral	sem registro	28	sem registro

Em Bonito (2,7% da bacia) aparecem os assentamentos listados na Tabela 2.

Tabela 2 - Assentamentos rurais de Bonito

Assentamentos	Criado em	n. famílias	área
Guaicurus	08/01/86	129	2.772,3164
Santa Lucia	11/12/98	36	1.026,7440

Em Ponta Porã (1,4% da bacia, abriga a nascente) existe a presença de grandes acampamentos de beira de estrada, além do distrito Cabeceira do Apa e os assentamentos listados na Tabela 3.

Tabela 3 - Assentamentos rurais de Ponta Porã

Assentamentos	Criado em	n. famílias	área
Corona	11/08/98	58	1.095,8569
Boa Vista	07/02/00	70	2.050,3703
Nova Era	06/11/00	97	2.848,1074
Dorcelina Folador	27/11/00	270	8.118,3095
Itamarati	29/12/00	1.145	25.508,0000
Itamarati II	30/09/04	1.692	24.619,9130
Capão Bonito	31.12.07	38	542,0000

Em Jardim (1,84% da bacia), estão os assentamentos rurais listados na Tabela 4.

Tabela 4 - Assentamentos rurais de Jardim

Assentamentos	Criado em	n. famílias	área
Guardinha	22/09/00	30	989,4907
Recanto do Rio Miranda	09/07/02	80	998,3921

As populações indígenas da bacia- debilidades e potenciais

No lado brasileiro da bacia existem quatro áreas indígenas e várias ocupações no corredor das estradas. Os dados que se seguem dizem respeito aos dados colhidos nas áreas de Pirakuá, Marãngatu, Campestre e Kokue'i.

Segundo os relatos ouvidos de líderes indígenas, vasta área da bacia foi ocupada pelos povos índios, no caso dos Kaiowá e Guarani, organizados em unidades sócio-ecológicas chamadas *tekoha*, um território fundado em vínculos de sangue, de aliança política e de cooperação nas atividades sócio-religiosas e de subsistênciaⁱⁱⁱ. Neste sentido, os povos guarani falantes chegaram a desenvolver uma espécie de consenso, de identidade inclusiva, que os vinculava a determinada região, considerada lugar de origem e do grupo. Os dados levantados em campo indicam que as famílias indígenas de Kokue'i, Campestre/Marãngatu e Pirakua – no entorno do Apa – se

entendem como os habitantes do centro da terra^{iv}, do *Yvytyte* ou *Yvayvakua*. Essa é também a autocompreensão dos grupos *Paĩ-Tavyterã*, seus parentes do lado paraguaio.

Com a ocupação da bacia por não indígenas e a privatização da terra, os *tekoha* indígenas foram profundamente modificados, até se desmembrarem fisicamente um do outro. À medida que as áreas de cultivo, caça, pesca e coleta, assim como os caminhos foram se tornando propriedade privada, o *tekoha* foi se reduzindo ao local de residência.

Nesse contexto, vários depoimentos recolhidos em campo reproduzem testemunhos mais antigos, de que na década de 1940 e 1950 as famílias indígenas começaram a sair compulsoriamente do que lhes restara de seus *tekoha*, que em muitos casos passaram a ser denominados conforme os novos nomes dados pelos não indígenas às fazendas ou aos lugares de referência na região. Enquanto a ação da liderança tradicional se reduzia ao religioso, um novo líder, o capitão, era investido de poder pelas entidades indigenistas do Estado e pela população não indígena. O sustento da comunidade passou a depender cada vez mais das changas nas novas propriedades e, nos últimos anos, das políticas públicas. Líderes indígenas hoje lamentam que seu povo tenha se acostumado a esperar: pelo auxílio escola, auxílio família, pela cesta básica do governo, cesta básica da Funai, aposentadoria, etc. Eles lembram: “na nossa cultura, a gente, trabalhava e se divertia, rezava e fazia festa com aquilo que plantava e colhia”. Pese a essa “cultura da espera” e aos limites das terras ocupadas, parte da população planta seus cultivares tradicionais nos espaços disponíveis, assume empreitadas nas propriedades vizinhas ou vive do salário ganho como empregado.

Na condição de desterritorializada, a população indígena se aproxima de seus *tekoha*, se assenta nas imediações e afirma ser esse o espaço físico, social e simbólico vital para sua reprodução e maturação física, psíquica, social e espiritual, como consta no Artigo 231, § 1º, da Carta Constitucional de 1988.

Em todas as localidades o levantamento populacional mostra taxas altas de fecundidade e crescimento real da população indígena. As comunidades têm resistido por décadas às pressões recebidas para abandonar suas terras tradicionais, conseguiram, apesar dos reveses, manter a rede social e o vínculo com

a terra de origem, assim como se organizar em prol de sua recuperação. O *Aty Guasu*, reunião geral de líderes das aldeias guarani e kaiowá, é, nesse sentido, o fórum tradicional onde se discutem e se encaminham os problemas e projetos das comunidades. Elas têm memória dos recursos naturais de seus antigos *tekoha*, das plantas e dos animais da mata e do cerrado; conhecem a área ocupada pelas gerações anteriores e os padrões de assentamento tradicional no cerrado. Muitas famílias têm áreas de cultivares para consumo interno e criação de aves. No Pirakuá a comunidade conta com uma área de mata nativa, liderança esclarecida nos direitos indígenas, com prática da roça tradicional. A população tem acesso direto aos recursos do rio Apa, que corre num extremo da aldeia, mas se ressentida da poluição da água, razão pela qual lutou e conseguiu um poço artesiano com água encanada. A comunidade conhece a área ocupada pelas gerações anteriores e os padrões de assentamento tradicionais e mantém contato com as famílias e os lugares conhecidos nos anos de espalhamento e trabalho sazonal nas propriedades vizinhas. As lideranças se empenham em resolver a difícil situação em que se encontram negociando com o poder público medidas paliativas enquanto não têm acesso pleno aos recursos da bacia, para sua existência física e cultural. As pessoas mantêm vínculos de parentesco e amizade com os *tavytera* do Paraguai.

Emblemática é a situação da área Ti Ñanderu Marangatu. A comunidade reivindica uma área de 9317 hectares, que demarcada em outubro de 2004 e homologada pelo então presidente Lula, em março de 2005, tivera a homologação cassada liminarmente pelo então presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Nelson Jobim, em 28/03/2005. A ação foi seguida, em dezembro desse mesmo ano, pelo despejo da comunidade para a beira da estrada, de onde foi trasladada sobre as 127 hectares. No local residem, segundo o agente de saúde Bastião Aquino, 900 pessoas, distribuídas em 250 famílias.

Também a comunidade contígua à de Nhanderu Marãngatu é Campestre, A mesma surgiu na década de 1940, no recém criado loteamento do Distrito de Campestre, a partir da população desalojada então de Ñanderu Marãngatu. Para o local foram levados os grupos indígenas, que iam sendo “descobertos”, à medida que o desmatamento avançava. Campestre é hoje um local com 11 hectares, sendo apenas 8 de uso. A pequena área foi demarcada em 1985, e nela há, segundo o

mencionado agente de saúde, 110 casas, onde residem 700 pessoas. É notável a resistência da comunidade aos intentos de traslado dos órgãos indigenistas e permanecer perto do Cerro Marãngatu, assim como sua memória dos recursos naturais do antigo *tekoha*, das plantas e dos animais da mata e do cerrado e os padrões de assentamento tradicional.

As populações camponesas da bacia- debilidades e potenciais

As comunidades rurais pesquisadas – Cabeceira do Apa, Assentamento Santa Maria Volpato (160 famílias numa área de 2.348 ha.) e Assentamento Caracol (152 famílias assentadas em 6.326 hectares) configuram uma amostragem significativa, considerando sua posição relativa na bacia – nascente, foz e posição intermediária. Trata-se de áreas de ocupação tradicional ou consolidada com assentamentos já emancipados ou em processo de emancipação, populações que vivem uma atividade produtiva marcada por uma temporalidade lenta, focada na produção de subsistência ou atividades sazonais de geração de renda, o que difere dos projetos de assentamento recentes e de grande porte, como o Itamarati I e II e Dorcelina Folador, mais distante da bacia e que primam pela produção de commodities. Também estas comunidades abrigam, em grande parte, camponeses oriundos diretamente da região, em alguns casos paraguaios e brasiguaios do outro lado da fronteira.

Com a conquista da terra através dos assentamentos de reforma agrária, deu-se também a conquista de infraestrutura inicial – água encanada, luz, recurso para construção das casas e para aquisição de ferramentas, fator que aqueceu o mercado local. Os informantes destacam a relativa coesão social, já que o grupo antigo se mantém – grande parte dos atuais 160 assentados são os que acamparam. Reflexo disto é o baixo índice de criminalidade, apesar da proximidade da fronteira.

Todos tem seu lote dividido em área de moradia (4 ha.) próximo da área societária (reserva, parcelas de 5 ou 6 ha.) o que pode potencializar práticas agroecológicas coletivas. Há, de fato, um forte potencial para produção de subsistência e geração de renda, devido a ainda alta fertilidade do solo (enquanto

não houver supressão da cobertura vegetal) e a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública federal, recentemente implantado por prefeituras locais que visa a promoção da comercialização direta de hortifrutigranjeiros para merenda escolar.

Há grandes expectativas, sonhos de viabilizar o lote, para não precisar mais buscar renda fora do assentamento. Há assistência técnica disponível, mas não há gestão/controle comunitário, a exemplo do uso não equitativo do serviço público de mecanização agrícola (“patrulha agrícola”). Há projetos, mas falta participação, organização da comunidade. O PAA exige regularidade na oferta, o que esbarra na ainda frágil produção do assentamento. Existe no assentamento uma forte demanda por educação - da ampliação da escola para o ensino médio - e informação, em parte já conquistada com a implantação da sala de informática na escola do assentamento e a expectativa da oferta de cursos técnicos, que consolidariam a produção de hortifrutigranjeiros.

No tocante a questão ambiental, há no Volpato perspectivas de reflorestamento: alguns assentados permitem a recomposição (pousio) da mata em áreas degradadas. Existe uma consciência de preservação da mata ciliar - propõe-se preservar 30 metros ao longo do rio Apa e Piripucú.

Os depoimentos dão conta de uma crescente consciência ambiental – cuidado com detritos, tratamento do lixo, preocupação com a produção na reserva. Multiplicam-se lentamente projetos para geração de renda, adequados ao manejo sustentável da área de preservação, à exemplo da apicultura e produção de frutas em sistemas agroflorestais. Isso é resultado das parcerias do assentamento, do bom relacionamento com a prefeitura.

Os assentamentos contam com área de proteção ambiental (APA) composta de maciços florestais. Como já existe uma regulamentação e um plano de manejo da reserva assegurou-se boas possibilidades de produção. O solo, ainda que pedregoso, é fértil e mantêm-se com boa cobertura vegetal. Destaca-se de igual forma as possibilidades de comercialização, em virtude do incentivo à comercialização via PAA e do avanço das relações campo-cidade trazendo demanda para produção leiteira e de derivados.

Especificamente, detectaram-se iniciativas, ainda embrionárias e carentes de acompanhamento técnico, de geração de renda entre os jovens assentados, a exemplo de turismo de pesca. Já existem iniciativas de eco turismo, trilhas ecológicas, pesqueiros, projetos que precisam de maior assessoria/capacitação, com possibilidade de renda para população mais jovem.

Com a proximidade da fronteira percebe-se uma diversidade cultural, presente na culinária, músicas e relações de parentesco com o outro lado da fronteira. Para os que vieram do Paraguai, há mais vantagens aqui, em contraste com os relatos de experiências amargas de trabalho assalariado no Paraguai. O assentamento no Brasil ofereceu mais segurança, estabilidade e acesso a políticas de inclusão e renda, beneficiando inclusive parentes no país vizinho.

Nas áreas tradicionais vigora situação fundiária indefinida (a maioria dos moradores estão no regime de posse) o que inviabiliza investimentos, como, por exemplo, financiamentos para melhoria da habitação. Já nos assentamentos é percebida na falta de representatividade junto aos órgãos públicos e parcerias e na pouca informação dos assentados acerca da ação de seus representantes.

Enquanto a sindicalismo tem sua ação bastante centrada aos contribuintes, deixando muitos a descoberto, a ineficiência da associação de agricultores do assentamento, por exemplo, impacta na melhoria da subsistência/renda familiar: sem a ação da associação não há como adequar-se a burocracia dos editais e projetos públicos. No tocante ao uso dos recursos hídricos, o acesso existe só para os lotes na margem, há casos no assentamento Santa Marina Volpato no município de Bela Vista, onde a prática de aragem da terra é muito próxima a margem, sem observar a mata ciliar.

O sentimento dos moradores nas comunidades é de abandono por parte do poder municipal, o que se percebe especialmente nas estradas ruins e no transporte público escasso. Também é escassa as oportunidades de geração de emprego e renda, o que torna a comunidade refém da oferta de trabalho sazonal e informal junto às fazendas do entorno. Também há a descontinuidade de projetos sociais, notadamente há falta de incentivo e abandono de investimentos. É o caso da casa do artesanato, recentemente implantada e que agora se encontra sem recursos e paralisada.

Considerações finais

Do fato de as comunidades Kaiowá e Guarani do Brasil e do Paraguai estarem historicamente ligadas conclui-se que sua presença secular na bacia do Apa, muito anterior aos tratados de limites e de cooperação entre Paraguai e Brasil, é uma oportunidade para os Estados envolvidos no GIAPA reconhecerem e implementarem uma área geográfica contínua para os primeiros habitantes da região, nela a fronteira não iria dividir, mas unir. Do fato de as comunidades indígenas conhecerem as áreas ocupadas pelas gerações anteriores e os padrões de assentamento tradicional, a importância dos rios e das nascentes, os tipos de solo e de vegetação, as propriedades das plantas e os tipos de animais da Bacia do Apa; do fato de elas serem conscientes da degradação do solo e da perda da biodiversidade, conclui-se que sua forma de ocupar o espaço e seu saber tradicional contribuirá muito para a recuperação das áreas degradadas da bacia.

Essa tese está baseada em vários fatos: 1) as populações indígenas, por terem um padrão de consumo que exige menos recursos da natureza, exercem menos pressão antrópica sobre o ambiente; 2) a agricultura indígena é de subsistência, não extensiva, variando as extensões de suas roças entre 1,5 e 6 ha por família, o que nos tekoha com dimensões proporcionais ao número de habitantes possibilita a rotatividade das roças e das aldeias e o pousio e recuperação da terra já cultivada; 3) tanto a agricultura como o manejo indígena dos recursos naturais em geral não visam a renda e a acumulação e são marcados pela distribuição e redistribuição dos bens produzidos entre parentes e aliados; 4) é notável a capacidade indígena de cuidar e manter sementes nativas, contando com um sistema de preservação de sementes “crioulas”, que contribui para a manutenção da diversidade; 5) a economia indígena não é descolada da cosmologia, não visa produzir só alimentos, mas também sociabilidade, festas, pepy, poesia e canto, ñe'ê porã; o cosmos não é só dos humanos, mas também dos outros seres e dos donos ou guardiões do ser ou Tekojára. A existência destes está vinculada à das espécies nativas do bioma, das plantas e dos animais, da mata e do cerrado, das águas e dos morros, das nascentes e dos cultivares.

A vida tradicional dessas populações há muito vem se alterando na região devido às dimensões exíguas e ao estado de degradação das terras. A memória

dessa economia e desse manejo tradicional dos recursos naturais está atestada em vários testemunhos indígenas. Nos casos de Nhanderu Marãngatu, Campestre e Kokue'i, onde as dimensões das áreas são muito exíguas, os depoimentos atestam que o desejo das comunidades indígenas é voltar a ocupar a terra de forma descontínua porque “para o indígena é sempre melhor morar distante um do outro”, a dar tempo e lugar para as plantas voltarem a crescer nas áreas desmatadas, “para as gemas das plantas que hoje estão sob a terra saírem sobre a superfície”, a deixar a terra repousar e se recuperar, a cuidar das nascentes, etc. Onde já não houver conhecimento prático da tradição, a comunidade pensa num consorciamento com líderes e grupos detentores desse saber, “esse é o desejo indígena e eles sabem como fazer isso”.

Quanto às comunidades rurais pesquisadas apresentam peculiaridades importantes no tocante ao seu potencial de desenvolvimento econômico e na relação com o meio ambiente e a bacia hidrográfica. Trata-se de comunidades já antigas com significativa rede de vizinhança e parentesco extensivas ao país vizinho, abrigando relações de pertença, reciprocidade e cooperação o que se traduz em um bom grau de coesão social e capacidade de organização, ativos sociais passíveis de serem alocados. Dada a presença de APAs nas três comunidades, faz-se necessário e urgente um plano de manejo dos recursos florestais, capacitando os agricultores para um modelo de produção adequado as condições ambientais, sob risco de perder-se o controle do acesso às áreas societárias e APAs.

As iniciativas de algumas prefeituras municipais, tais como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para merenda escolar, em parceria com o governo federal, já apresentam resultados significativos nos assentamentos, tanto na geração de renda dos assentados, quanto ao direcionamento do modelo produtivo para o cultivo de hortifrutigranjeiros em sistemas, ainda que embrionários e espontâneos, agroflorestais e silvopastoris. A intervenção municipal deve ser ampliada no seu alcance e favorecida com parcerias técnicas, aumentando a eficácia produtiva dos PAAs, o que pode redundar em uma referência de produção sustentável para a região. Também no tocante a iniciativas de turismo rural, em que

se pese a informalidade das iniciativas, deve ser objeto de análise de potencial e viabilidade, considerando as dificuldades de acesso nos assentamentos.

Os indicadores empíricos apresentados corroboram em favor da tese apresentada na introdução, a saber, de que a presença de comunidades rurais e indígenas no entorno da bacia, além de reduzir a concentração fundiária, repovoando ruralidades de espaços vazios, pode ser fator de fortalecimento as áreas de proteção permanente, formando um cordão de isolamento diante da expansão de culturas extensivas. No caso das aldeias indígenas, em função da presença de cultivo tradicionais, com sistemas de pousio e sistemas agroflorestais, pode-se perceber a presença humana como fator de resiliência do bioma.

A concretização dessa perspectiva depende da presença do Estado em seu papel de regulador da estrutura fundiária e ambiental. Da parte das aldeias indígenas entende-se, aqui, a urgente regularização e demarcação das áreas em litígio. Já nos assentamentos é urgente a formulação de um plano de manejo e gestão das áreas societárias, ainda em relativo estado de conservação, que viabilize atividades de geração de renda de caráter agroecológico e de baixo impacto.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (org.) *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

BROCH, Synara A. O. *Gestão Transfronteiriça de Águas: O Caso da Bacia do Apa*. Tese de Doutorado. Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

CHAMORRO, G. *Kurusu Ñe'ëngatu: Palabras que la historia no podría olvidar*. Asunción: CEADUC, 1995.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. 3. ed., São Paulo: Editora Unesp, 1991.

DIRECCIÓN General de Estadísticas, Encuestas y Censos 2002. "Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas. Fernando de la Mora, 2003.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. São Paulo: Unesp, 2008. (disponível em www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm, julho de 2011).

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo, Editora Ática, 1997.

LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura*. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

MDA/INCRA. (2009) *Projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS*. Campo Grande: Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (material não publicado).

MOSCOVICI, Serge. *Natureza. Para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X: Insituto Gaia, 2007.

PEREIRA, Levi M. Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS: Ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. In: *Tellus*. Campo Grande: Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas –NEPPI/UCDB, 10 (18), 2010, p. 115-137.

SUSNIK, B. *Los aborígenes del Paraguay II*. Etnohistoria de los Guaraníes. Época Colonial. Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1979.

WEIHRICH, H. The TOWS matrix - a tool for situational analysis, *Journal of Long Range Planning*, Vol. 15, No. 2., 1982.

ⁱ O predomínio do paradigma tecnológico industrial aprofunda a dicotomia ser humano - natureza fragmentando o conhecimento, criando uma clivagem entre saberes e ciência, desconectando todo pensamento relacional. Os saberes camponês e indígena passam a ser antagonizados pelos pacotes tecnológicos da revolução verde, na segunda metade do século XX. Os impactos negativos sociais e ambientais deste processo vão caracterizar o que alguns teóricos chamaram de “modernização conservadora”, em função dos efeitos nocivos as populações do campo, tais como o empobrecimento da agricultura familiar, êxodo rural, o crescimento da violência do campo, a contaminação dos alimentos com produtos tóxicos, a degradação ambiental, concentração fundiária e a perda/erosão da biodiversidade.

ⁱⁱA escala Gini é referência mundial para medir o nível de concentração fundiária de um determinado país ou região. A escala move-se de 0 a 1, sendo que 0 corresponde a máxima divisão igualitária da terra enquanto que 1 corresponderia a máxima concentração, isto é, toda a terra nas mãos de um só proprietário.

ⁱⁱⁱSegundo Chamorro (2008), um **tekoha** é um espaço físico, **-ha**, com suficiente recurso material para a reprodução física e cultural, **teko**, da comunidade que nele habita. Um **tekoha** tradicional comporta locais de moradia, geralmente na proximidade dos rios; de plantio, pesca, caça e coleta; caminhos e lugares de referência histórica e religiosa. As comunidades de um **tekoha** se organizavam em torno de um - ou mais - pai de parentela, que muitas vezes era também o líder religioso do lugar. Uma família extensa morava em uma casa grande comunal ou espalhada em casas pequenas situadas a considerável distância das casas onde moravam membros de outra família extensa. Entre estas famílias, era frequente haver vínculos de sangue, de aliança política e de cooperação nas atividades sócio-religiosas e de subsistência. Esta comunidade exclusiva se fundava no **oréva** ou “nós” exclusivo. Mas os **tekoha** não eram separados por limites intransponíveis. As comunidades locais se reuniam, quando necessário, fundadas na consciência do **ñandéva** ou “nós” inclusivo, que, como ainda hoje acontece, era visível, sobretudo, nas festas e reuniões políticas.

^{iv}Para as comunidades que assim se denominam, a terra foi erguida por Nosso Pai, **Ñanderu**, para ele ter um lugar onde apoiar seus pés e para que os habitantes da terra também se erguessem e tivessem sustento. Isso teria ocorrido na planície que se apoia em mais de uma dúzia de morros, entre Paraguai e Brasil, fazendo parte deles o **Cerro Marângatu**, de grande importância na orientação espacial das comunidades pesquisadas.